

## **AUDITORIA INTERNA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A PERCEPÇÃO DE SERVIDORES EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO**

### **Autoria**

**AuriCley Pareira de Araújo**

Administração/Universidade Federal de Roraima - UFRR

**Georgia PatriCia da Silva Ferko**

Administração /Universidade Federal de Roraima - UFRR

**JAQUELINE SILVA DA ROSA**

Administração/Universidade Federal de Roraima - UFRR

**Fabio Teodoro Tolfo Ribas**

Administração/Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG

### **Resumo**

O presente estudo tem como objetivo analisar a percepção dos servidores da Universidade Federal de Roraima - UFRR acerca do papel da auditoria interna. A pesquisa tem abordagem quali-quantitativa. Para coleta de dados primários, optou-se pela aplicação de questionários junto aos servidores de setores auditados e também de entrevista, realizada com a coordenadora da auditoria interna. Do total de 83 questionários distribuídos, retornaram 43 questionários validados e triangulou-se com os dados provenientes da entrevista com a coordenadora. Os resultados indicam que há confiança na prestação de serviços da auditoria interna sob a ótica dos servidores. Observou-se também que minimizar a ocorrência de fraudes é o benefício da auditoria interna, e este quesito, é o mais importante para os participantes do estudo. Em relação à qualidade dos serviços da auditoria interna, houve apontamentos pelos participantes de melhorias realizadas. Quanto às demandas têm-se o pleito de ampliação de prazos para entregas do que se é solicitado. E também, apesar da percepção positiva, o estudo demonstrou que a auditoria interna precisa ter maior aproximação com os cargos de assistentes e técnicos para maior disseminação dos resultados das auditorias, na medida em que essa relação se mostrou mais concreta com os diretores/coordenadores no caso investigado.

**AUDITORIA INTERNA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A PERCEPÇÃO DE  
SERVIDORES EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO**

**Área: Administração Pública**

## Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a percepção dos servidores da Universidade Federal de Roraima - UFRR acerca do papel da auditoria interna. A pesquisa tem abordagem quali-quantitativa. Para coleta de dados primários, optou-se pela aplicação de questionários junto aos servidores de setores auditados e também de entrevista, realizada com a coordenadora da auditoria interna. Do total de 83 questionários distribuídos, retornaram 43 questionários validados e triangulou-se com os dados provenientes da entrevista com a coordenadora. Os resultados indicam que há confiança na prestação de serviços da auditoria interna sob a ótica dos servidores. Observou-se também que minimizar a ocorrência de fraudes é o benefício da auditoria interna, e este quesito, é o mais importante para os participantes do estudo. Em relação à qualidade dos serviços da auditoria interna, houve apontamentos pelos participantes de melhorias realizadas. Quanto às demandas têm-se o pleito de ampliação de prazos para entregas do que se é solicitado. E também, apesar da percepção positiva, o estudo demonstrou que a auditoria interna precisa ter maior aproximação com os cargos de assistentes e técnicos para maior disseminação dos resultados das auditorias, na medida em que essa relação se mostrou mais concreta com os diretores/coordenadores no caso investigado.

**Palavras-Chave:** Controle. Auditoria Interna. Administração Pública.

## ABSTRACT

The present study aims to analyze the perception of the servers of the Federal University of Roraima - UFRR about the role of internal audit. The research has a qualitative-quantitative approach. In order to collect primary data, it was decided to apply questionnaires to the servers of audited sectors and also to interview the internal audit coordinator. Of the total of 83 questionnaires distributed, 43 questionnaires were validated and triangulated with data from the interview with the coordinator. The results indicate that there is confidence in the provision of internal audit services from the perspective of the servers. It was also observed that minimizing the occurrence of fraud is the benefit of internal auditing, and this is the most important issue for study participants. Regarding the quality of the internal audit services, there were notes by the participants of improvements to be made, especially those related to the deadlines for presentation of what had been audited. Despite the positive perception, the study demonstrated that internal auditing needs to be more closely aligned with the positions of assistants and technicians in order to further disseminate the audit results, as this relationship has been shown to be closer to the directors / coordinators in the case investigated.

**Key-Words:** Control. Internal Audit. Public administration.

## INTRODUÇÃO

O controle na administração pública é uma exigência legal e acontece quando se consegue verificar os objetivos e metas estipulados e os que são alcançados pela administração. Tais objetivos e metas são resultantes de ações executadas pela administração pública e que envolvem o planejamento, organização e supervisão. Os controles exercem suas atribuições, verificando o cumprimento destes objetivos estipulados pela instituição, de acordo com os princípios da economicidade, eficiência e eficácia.

A Lei 4320/1964 conceitua controle como o monitoramento e a fiscalização exercidos pela administração pública em todas as suas atividades. Já a lei de responsabilidade fiscal (LRF), conceitua como uma forma de impedir o desvio e o desperdício dos recursos oferecidos pela sociedade.

Nas Instituições federais de ensino, como integrantes da administração pública, o controle interno é exercido por meio das auditorias internas e unidades de controles internos. O Decreto 3591/200, que disciplina o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e a Instrução Normativa nº 01/2001, da Secretaria Federal de Controle Interno, que institui o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, são responsáveis pela regulamentação geral do Sistema de Controle Interno, cabendo a cada instituição fazer a sua própria regulamentação interna, com base nessas normas.

As auditorias internas são responsáveis pela avaliação das atividades da instituição, no tocante ao cumprimento dos objetivos, políticas e normas estabelecidas pela administração. Cabe também à auditoria interna testar e avaliar os controles internos, de forma a detectar falhas e deficiências. Por essa razão, as unidades de auditoria interna das instituições públicas podem ser uma importante ferramenta de análise do processo de gestão institucional, avaliando a efetividade dos recursos públicos e auxiliando na prestação de contas das ações governamentais à sociedade, determinada explicitamente na Constituição (MENDES; OLEIRO; QUINTANA, 2008).

Mesmo sabendo da importância da auditoria interna na administração pública, principalmente em função da promulgação da Lei de Crimes de Responsabilidade Fiscal, nem todas as pessoas entendem o papel desempenhado pelos auditores internos. Na Universidade Federal de Roraima, a Coordenadoria de Auditoria interna – Coaudin, foi criada em 2001, pela Resolução 16/2001-Cuni e depois revogada pela Resolução 17/2015 do Cuni, e atua como órgão técnico de controle, avaliação e fortalecimento da gestão. Subordinada ao Conselho Diretor da UFRR, a Coaudin tem assessorado a gestão no desempenho e consecução dos objetivos institucionais e para tanto auditou alguns setores dessa instituição.

Diante da importância da unidade de auditoria interna nas instituições públicas e da sua contribuição para garantir a sociedade que os recursos públicos sejam fiscalizados, este trabalho tem como objetivo analisar a percepção dos servidores da Universidade Federal de Roraima quanto ao papel de sua Auditoria Interna. A contribuição deste estudo se dá ao proporcionar uma reflexão e verificação do papel desempenhado pela Auditoria interna, mapeando fragilidades e potencialidades, em um contexto de Administração pública.

Para tanto, este trabalho está estruturado em quatro seções, sendo esta a primeira, na qual se apresenta o objetivo da pesquisa e sua temática; na segunda seção, tem-se o Referencial teórico. Na terceira seção, apresenta-se os resultados e discussão. Por fim, têm-se as considerações finais seguida das Referências.

## **2. AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

O surgimento da auditoria deu-se em razão do aumento do tamanho das empresas; quando estas passaram a ter necessidades de captar recursos no mercado, abrindo capital, começou a surgir a necessidade, por parte dos investidores, de saber como andava a saúde financeira da empresa. Portanto, no início, consistiu em uma atividade focada em revisões contábeis (ATTIE, 2011).

Para Franco e Marra (2001), a primeira vez que a auditoria é citada de forma direta no Brasil foi por meio da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que em seu artigo 50, parágrafo terceiro, menciona que a auditoria é obrigatória para fundos de condomínio e deverá ser exercida por auditor independente, registrado no Banco Central.

O conceito de auditoria vem sendo alterado ao longo dos anos. Inicialmente, o foco era na auditoria de registro; depois, veio o foco nas demonstrações contábeis, e conceitos atuais enfocam mais a auditoria nas organizações. Pode-se dizer que a auditoria abrange revisões variadas dentro de uma organização, mas anteriormente foi considerada como uma auditoria operacional que assessora a administração na identificação de erros e ou fraudes (ALMEIDA, 2003).

Devido à grande importância das informações que são geradas, atualmente a auditoria interna vem sendo amplamente utilizada como uma ferramenta de apoio à gestão e à tomada de decisão, uma vez que verifica e testa os controles internos de todos os setores da organização, de forma a validar ou não sua eficácia, legalidade e segurança (MARÇOLA, 2011).

Castro (2008) ressalta que o apoio do gestor para com a unidade de auditoria é uma questão crítica, pois a compreensão de que a auditoria interna agrega valor à gestão leva à contrapartida de valorização e apoio da alta administração.

Castro (2011) aponta alguns benefícios da auditoria interna para gestão: a) a identificação de situação em que ocorre controle em excesso, gerando desperdícios, morosidade e elevação de gastos; b) proposição de melhorias de eficiência e economia nas operações da entidade; c) avaliações nos procedimentos administrativos ou nas estruturas organizacionais e apoio aos órgãos de controle externo. As Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (2013) elaboradas pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA), demonstra claramente o atual momento da auditoria interna nas organizações tomando a auditoria interna como “[...] uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização”.

Ao realizar sua função de assessoramento, a auditoria interna contribui para o alcance dos objetivos da instituição, para o aperfeiçoamento da gestão, para a diminuição dos riscos e, por consequência, para o alcance dos resultados planejados. Logo, está agregando valor à organização, o que segundo Morais (2008), possibilita ganhos que contribuem para a organização como um todo.

Segundo Bourgon (2010), observar a auditoria interna como uma estrutura de

integração pode ser útil para guiar a exploração e as inter-relações entre antigas e novas ideias, por meio de criações conjuntas das partes interessadas, sendo este um processo de construção que detém maior valor, porque abre a possibilidade de uma ação coletiva articulada.

Não cabe à Auditoria Interna a normatização, mas sim a avaliação dos procedimentos para assim sugerir as mudanças, auxiliando a administração. A normatização fica a cargo do Sistema de Controle Interno, órgão responsável por normatizar, sistematizar e padronizar os procedimentos operacionais dos órgãos e das unidades do Poder Executivo Federal (BRASIL, 2000). É fundamental que a unidade de auditoria interna não esteja subordinada àquele cujo trabalho examina, e tampouco realizar atividades que ela mesma examine. É, portanto, uma atividade independente, cujo objetivo fim é auxiliar a administração com o levantamento da funcionalidade dos controles (ALMEIDA, 2003).

No Decreto-Lei nº 3.591/00, Capítulo V Das disposições específicas e em seu art. nº 14 versa, que as entidades da Administração Pública Federal indireta “deverão organizar a respectiva unidade de auditoria interna, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle”. (Redação dada pelo Decreto nº 4.440, de 2002). Entende-se então que a Auditoria Interna é responsável pela avaliação dos controles internos, em conjunto com as atividades desenvolvidas e não por assumir o exercício do controle.

Mas, é comum observar o equívoco que ocorre entre as atribuições do Controle Interno e da Auditoria Interna. O Controle Interno é parte integrante das atividades da própria entidade e está subordinado ao gestor máximo do órgão. Além disso, possui a função de opinar, prevenir ou corrigir a execução dos atos administrativos, utiliza-se de métodos e procedimentos próprios para chegar a esse objetivo. Já a Auditoria Interna faz parte do topo do Sistema de Controle Interno e tem como função supervisionar, fiscalizar e avaliar a confiabilidade dos controles internos (TCU, 2009).

Observa-se que são unidades diferentes, mas que fazem parte do mesmo sistema. O Controle interno atua de forma permanente e concomitantemente à execução dos atos administrativos, enquanto a Auditoria Interna atua posteriormente à realização do ato. A função da auditoria é avaliar a eficácia e a eficiência dos controles, tornando-se corresponsável pelo resultado. Contudo, utilizar a unidade de auditoria somente para realizar suas tarefas tradicionais caracterizaria um desperdício, visto que essa unidade levanta muitas informações de todos os setores da instituição na qual está inserida (OLIVEIRA *et al.*, 2008).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Tendo como objetivo, analisar a percepção dos servidores da Universidade Federal de Roraima - UFRR acerca do papel da auditoria interna, realizou-se uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa. Foram aplicados questionários com questões fechadas aos servidores de setores auditados na Instituição Federal de ensino; e ainda realizou-se entrevista guiada por um roteiro de questões abertas à coordenadora da auditoria interna.

Os dados coletados foram triangulados e aplicou-se para análise dos dados, análise de conteúdo para a entrevista e estatística descritiva para os questionários. Além disso, fez-se pesquisa documental, tendo como fonte principal os normativos referentes à auditoria interna e demais leis que regem o controle na administração pública. Frisa-se que o questionário foi adaptado a partir de Moraes (2014), cujo objetivo era identificar a percepção dos funcionários de uma entidade paraestatal a respeito da auditoria interna.

O questionário continha questões referente a desempenho e qualidade, com escala: (1) concordo totalmente; (2) concordo parcialmente; (3) não concordo, nem discordo; (4) discordo parcialmente; e (5) discordo totalmente. A primeira questão tratava sobre o relacionamento entre auditores e auditados, a segunda sobre a qualidade dos serviços de auditoria interna; e a terceira sobre a qualidade da equipe de auditoria interna. Ao final deste bloco; abriu-se espaço para o participante citar uma ou mais ações que contribuiriam para a melhoria da auditoria interna.

O questionário foi distribuído para 83 servidores lotados em 21 unidades administrativas, que em algum momento tiveram suas unidades auditadas. Destes, 43 questionários estavam válidos para a utilização na investigação.

Já quanto à entrevista, esta foi realizada com a Coordenadora da auditoria interna na primeira semana de janeiro de 2017. Para análise das respostas, utilizou-se a análise de conteúdo.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nas instâncias internas de apoio à governança, a UFRR dispõe de quatro unidades organizacionais: Coordenação de Controle Interno – CONIN; Ouvidoria de Serviços Públicos da UFRR; Comissão Própria de Avaliação – CPA e Coordenadoria de Auditoria Interna – COAUDIN.

A Coordenadoria de Auditoria Interna - Coaudin – é o órgão criado por meio da Resolução nº 16/2001-CUNI, de 19 de dezembro de 2001 e posteriormente revogada pela Resolução nº 17/2015-CUNI. Atua como órgão técnico de controle, avaliação e fortalecimento da gestão, estando sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme dispõe o Decreto nº 3.591/2000.

A Coaudin está vinculada ao Conselho Diretor da Universidade Federal de Roraima e tem como missão “assessorar a gestão, de forma independente e objetiva, no desempenho e consecução dos objetivos institucionais, avaliando e melhorando a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança” (UFRR, 2015).

Sua criação se deu para atender o Decreto Presidencial nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, que dispõe sobre o sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, sendo que no seu artigo 14 expressa a criação e estruturação das auditorias internas no âmbito das administrações indiretas, alcançado assim a UFRR. Atualmente, a auditoria interna é composta por três servidores, sendo dois auditores contábeis de cargo e um técnico administrativo.

Quanto à gestão de riscos, a Coaudin desempenha uma atividade voltada para buscas de deficiências nos controles internos das unidades, para, posteriormente, emitir recomendações corretivas e preventivas, auxiliando os gestores nas tomadas de decisões. O contato e o apoio aos órgãos de controle do poder Executivo Federal também é de competência da auditoria interna da UFRR, servindo assim como ponte entre a alta gestão e os órgãos de controle.

Dos 43 questionários válidos, 30% foram de Analistas/Técnicos, 28% de Diretores/Coordenadores, 25% de Assistentes e 17% de servidores que não se identificaram com as opções de cargos apresentadas, escolhendo assim, a alternativa Outros/Especificar. Em relação ao sexo, a maioria foi de mulheres, com 58% dos participantes.

De acordo com as respostas permite-se inferir, que de forma geral, o grau de confiança na auditoria interna é alto, pois 44% dos participantes demonstraram possuir um nível alto de confiança enquanto 37% possuem um nível médio de

confiança, tornando esses resultados bastante significativos quando comparados aos 19% das outras opiniões.

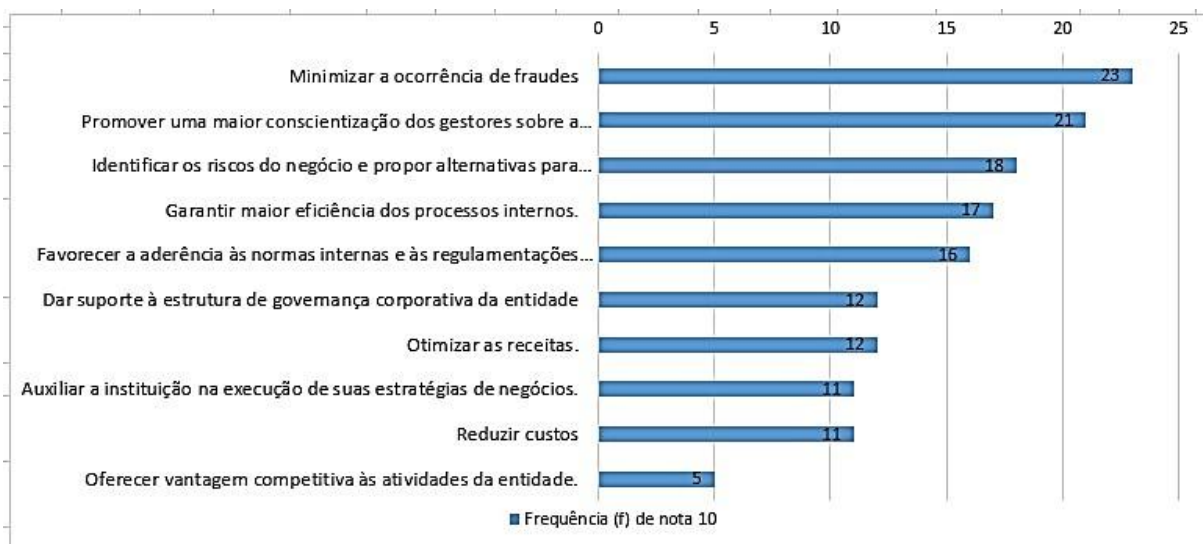
Em busca do grau de confiança dos auditados na auditoria interna, viu-se diferenças entre as percepções dos cargos, permitindo concluir que o alto grau de confiança dos analistas/técnicos é menor que as dos diretores/coordenadores na auditoria interna.

Na visão da coordenadora da auditoria interna, o nível de confiança dos auditados é alto, pois os resultados são originados dos trabalhos da auditoria nas unidades tendo como base as evidências colhidas, não deixando margem para distorções, conforme fala da coordenadora: “Acredito que o nível que eles possuem é alto, visto que os resultados são obtidos com bases nas evidências colhidas no trabalho”.

A segunda questão do questionário diz respeito à importância da auditoria interna. Observou-se que a maioria dos participantes atribuiu um alto nível de importância na auditoria interna 82%. Diferentemente da questão anterior, na qual 30% dos Analistas/Técnicos demonstraram possuir alta confiança na auditoria interna, quando se trata da importância, esse percentual sobe para 92%.

A terceira questão do primeiro bloco do questionário foi composta por 10 sentenças a respeito dos benefícios da auditoria interna. Os participantes tinham que atribuir notas entre 1 a 10 para os benefícios da auditoria interna, sendo a nota 10 para os benefícios mais importantes. Para melhor análise e visualização dos resultados, os itens foram organizados de acordo com o grau de importância atribuído pelos participantes, do mais importante para o menos importante..

**Gráfico 1:** Principais benefícios da auditoria interna – Geral



Fonte: Pesquisa do autor

Analisando o Gráfico 1, observa-se que minimizar a ocorrência de fraudes é o benefício da auditoria interna mais importante para os participantes do estudo, sendo este resultado também constatado na literatura, conforme Mendes, Oleiro e Quintana (2008), os quais afirmam que a auditoria auxilia os gestores nas tomadas de decisões, além de salientar erros, omissões ou fraudes, defendendo o patrimônio da instituição e, conseqüentemente, o interesse público.

O benefício de promover uma maior conscientização dos gestores sobre a importância do gerenciamento de riscos e controle interno aparece em segundo lugar, indo ao encontro do pensamento da coordenadora da auditoria interna, quando questionada sobre os três principais benefícios da auditoria interna,



conforme fala: “Propor as melhorias dos controles; Identificar as fragilidades dos controles internos e Assessoramento à alta administração”.

No decorrer da análise, é possível observar algumas diferenças nas prioridades entre os cargos, principalmente em relação aos assistentes. Nota-se que, com exceção dos assistentes, todos os cargos escolheram como principal benefício minimizar a ocorrência de fraudes. Já para os assistentes, promover uma maior conscientização dos gestores sobre a importância do gerenciamento de riscos e controle interno foi escolhido como principal benefício.

Outra grande diferença foi em relação a reduzir custos, que para os assistentes é o terceiro principal benefício da auditoria, enquanto para os demais cargos foi considerado o penúltimo benefício mais importante. Esse resultado ocorre devido a grande diferença de atribuições dos cargos e do acesso aos trabalhos da auditoria interna, principalmente se comparado aos cargos de direção e coordenação, o que ocasiona visões distintas em relação ao mesmo tema. Já os participantes de cargos de analistas/técnicos possuem opiniões semelhantes aos de direção/coordenação, o que se explica devido ao fato de exercerem funções de maneiras mais próximas dentro da instituição.

Analisando as respostas que compreende a visão geral dos servidores da UFRR a respeito do relacionamento entre auditores e auditados, verifica-se que a maioria dos participantes, 70%, escolheram a opção “concordo totalmente” para a assertiva que diz que o auditor, para desempenhar seu papel com excelência, precisa realizar um trabalho em conjunto com os auditados. Outros 26% dos participantes disseram concordar parcialmente e nenhum participante discordou totalmente da afirmação.

Outra questão que teve expressiva concordância foi em relação ao comportamento do auditor, o que contribui para sua rejeição ou aceitação por parte dos auditados. Somados os resultados de concordo totalmente e concordo parcialmente, obteve-se 79% de concordância. Já a assertiva a respeito do relacionamento da auditoria interna com os auditados é adequado; observou-se que 35% dos participantes concordaram parcialmente, 23% concordam totalmente e outros 30% nem concordam e nem discordam, tendo 2% dos participantes discordado totalmente da afirmação.

Verifica-se que, apesar da maioria de concordância, 58%, ainda assim é uma porcentagem baixa em relação às outras assertivas, principalmente se observado a porcentagem de servidores que disseram que nem concordam e nem discordam. Esse resultado é validado quando são observadas as respostas dos participantes nas perguntas abertas do questionário, no qual foi citado que umas das ações que contribuiriam para a melhoria da auditoria interna é a maior interação do setor da auditoria e auditores com as demais unidades e comunidade.

Em entrevista com a coordenadora da auditoria interna, ela cita também o maior contato com todos os auditados como forma de melhorar esse relacionamento conforme transcrição: “Talvez precise de um contato maior do auditor, envolvendo todos os servidores e não somente os gestores”.

Para os analistas/técnicos, a afirmação que mais chama a atenção é sobre a adequação do relacionamento da auditoria com os auditados, que recebeu 46% de concordância parcial, 15% de respostas neutras e apenas 15% de concordância total. A baixa porcentagem de concordância total aliada ao percentual de concordância parcial sugere que para os analistas/técnicos existem aspectos no relacionamento com os auditados que a auditoria interna deve buscar aperfeiçoar.

Em relação aos assistentes, o destaque fica para a semelhança das

respostas com as dos analistas/técnicos. O nível de acesso que esses cargos possuem da auditoria interna são semelhantes, visto que, normalmente, os resultados das auditorias são voltados para os gestores e assim mantêm uma certa distância desses cargos, fato esse que pode ser mais bem trabalhado, pois uma das funções da auditoria interna segundo Attie (2009), é a revisão dos processos operacionais, nos quais esses cargos atuam, gerando informações para a detecção de possíveis falhas no controle interno e o posterior reporte para a alta administração.

Para os diretores e coordenadores, a percepção é muito similar à percepção geral dos participantes, com exceção da assertiva que menciona que a palavra que melhor define as resistências dos auditados em relação ao auditor é defesa, uma vez que 17% concordam parcialmente, 33% nem concordam e nem discordam e 42% dos diretores/coordenadores concordam totalmente com a afirmação.

Outro ponto de destaque é o percentual de concordância total na assertiva que trata sobre a adequação do prazo para comunicação dos resultados da auditoria, com apenas 16%, bem abaixo do resultado encontrado por Mendonça (2010) em seu trabalho, no qual 54% dos entrevistados concordam que o prazo de comunicação dos resultados é adequado. Já no trabalho realizado por Moraes (2014), a porcentagem de concordância total, 23%, ficou mais próxima ao encontrado neste estudo.

Porém, fazendo a análise geral dos percentuais de concordância total e parcial, considerando seu somatório, a concordância é muito maior que as demais opiniões, o que leva à conclusão de que o serviço da auditoria é satisfatório para a maioria dos auditados, resultado também encontrado por Moraes (2014) e Mendonça (2010).

Quando se trata da opinião dos diretores/coordenadores da UFRR, é possível perceber um aumento na discordância parcial, 25%, em relação ao prazo para a realização dos trabalhos da auditoria. Da mesma forma, o impacto no andamento dos trabalhos da área auditada, aliada à diminuição considerável de concordância total, 8%, evidencia que os gestores dão o suporte aos auditores na realização dos trabalhos, ocupando um tempo considerável e impactando no andamento da área auditada.

Castro (2008) ressalta que o apoio do gestor para com a unidade de auditoria é uma questão crítica, pois a compreensão de que a auditoria interna agrega valor à gestão leva à contrapartida de valorização e apoio da alta administração. Apesar da valorização e apoio que a auditoria agrega à instituição, cabe a ela aperfeiçoar os métodos de trabalho para que o impacto na unidade auditada seja o menor possível e, assim, possa melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Para os analistas/técnicos a opiniões em relação à qualidade dos serviços da auditoria interna é menos satisfatória que as dos diretores/coordenadores, sem nenhuma concordância total na assertiva que afirma que o prazo para a comunicação dos resultados dos trabalhos da auditoria é adequado, e 46% de discordância parcial, sendo esse o maior percentual de discordância do estudo, na assertiva que afirma que, de forma geral, os resultados das atividades da auditoria interna atendem às expectativas da entidade.

Para os assistentes administrativos, foram destaques os grandes percentuais de concordo parcialmente e totalmente. Mesmo com o contato reduzido com os resultados da auditoria, o que se evidencia no baixo percentual de concordo totalmente, 18% e 36% de respostas neutras na assertiva que trata do relatório da auditoria, ainda assim, para os assistentes, a qualidade dos serviços da auditoria é

satisfatória, visto que, a soma das concordâncias totais e parciais ficam muito acima das demais opiniões negativas.

A respeito da qualidade da equipe de auditoria interna, observou-se que há um certo equilíbrio nas opiniões, principalmente nas assertivas 1 e 2, sendo a afirmação de que a equipe demonstra proficiência técnica a que teve maior concordância total, com 53%. Esse percentual leva a entender que, para a maioria dos participantes a equipe da auditoria demonstra conhecimento técnico para desempenhar suas atividades sem problemas.

A assertiva que trata do conhecimento quanto às características do negócio, teve opiniões semelhantes à primeira, o que confirma o entendimento dos participantes na capacidade técnica dos auditores.

O último item a respeito das habilidades necessárias para executar projetos especiais demandados pela entidade, é que teve o menor percentual de concordância total, 28%, ficando bem próximo do resultado encontrado por Moraes (2014) com 21% e mais distante do resultado encontrado por Mendonça (2010) com 8% de concordância total.

Para os diretores e coordenadores da UFRR a equipe da auditoria interna é qualificada para desempenhar suas atividades na UFRR, visto que, das três assertivas sobre a qualidade da equipe, apenas uma teve opiniões neutras, 17%, além de nenhuma afirmação ter apresentado opiniões discordantes.

Um destaque é a grande porcentagem de concordância total, principalmente no item 1, que trata sobre a equipe demonstrar proficiência técnica na área auditada, com 83%, que somada à porcentagem de concordo parcial, obteve-se 100% de concordância. Para os analistas/técnicos observa-se que possuem um menor grau de satisfação em relação aos diretores/coordenadores, à qualidade da equipe da auditoria interna.

É necessário o aperfeiçoamento das atividades da auditoria quando em trabalho de campo, como forma de demonstrar maior segurança e visibilidade das ações e, assim, aproximar o auditado e permitir que ele saiba quais atividades estão sendo realizadas.

Em relação aos assistentes, observou-se que a soma dos percentuais de concordância total e parcial em todas as assertivas obtiveram mais de 50% de concordância, com destaque para a demonstração de proficiência técnica da equipe, na área auditada, com 72% de concordância. Os assistentes demonstram mais uma vez que possuem uma percepção positiva da auditoria interna, igualmente aos resultados obtidos por Moraes (2014) em seu estudo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo identificar qual é a percepção dos servidores da Universidade Federal de Roraima acerca do papel da auditoria interna, tendo como consequência, contribuir para sanar possíveis deficiências nos trabalhos desenvolvidos pela auditoria.

Para alcançar tal objetivo, foi aplicado um questionário com os servidores efetivos que já tiveram seus setores auditados, o que resultou 43 questionários válidos, tendo sido aplicados em 21 unidades administrativas da UFRR.

Os resultados permitem inferir que, de forma geral, para 44% dos servidores a auditoria possui alto nível de confiança ocorrendo algumas disparidades quando a análise é feita por cargos, tendo uma disposição maior nos cargos de chefia e direção e menor confiança outros cargos, o que pode ser explicado pelas diferenças

de atribuições e de contato com a auditoria interna.

Em relação ao nível de importância da auditoria interna, destaca-se que 82% servidores atribuíram alto nível de importância; tanto quando analisados de forma geral quando por cargos, sendo que 92% dos diretores e técnicos indicaram um alto nível de importância da auditoria interna.

No que tange aos principais benefícios da auditoria interna, os auditados atribuíram a minimização da ocorrência de fraudes como o benefício mais importante da auditoria, seguido de promover uma maior conscientização dos gestores sobre a importância do gerenciamento de riscos e controle interno. O benefício menos importante na visão dos servidores ficou por conta de oferecer vantagem competitiva às atividades da entidade.

Em relação ao desempenho e qualidade da auditoria interna, no item relacionamento entre auditores e auditados, foi significativa a concordância dos servidores com as assertivas sobre a necessidade de se realizar um trabalho de auditoria interna, em conjunto com os auditados e também que o comportamento do auditor contribui para sua rejeição ou aceitação por parte dos auditados, num total de 96% e 79%, respectivamente.

Sobre a qualidade dos serviços da auditoria interna, os resultados possibilitam inferir que, apesar de satisfatória a qualidade dos serviços para a grande maioria dos servidores, os prazos de apresentação dos resultados dos trabalhos não satisfazem os servidores, conforme baixa porcentagem de concordância total, num total de 16%.

Quanto à qualidade da equipe da auditoria interna, 53% dos participantes concordam totalmente que a equipe da Coaudin demonstra possuir conhecimento técnico, e 42% concordam totalmente que a equipe possui conhecimento das características da instituição para desempenhar suas atividades sem dificuldades.

Fazendo uma análise geral, conclui-se que, apesar dos percentuais satisfatórios quanto ao nível de confiança e importância da auditoria e quanto ao seu desempenho e qualidade, existem ações que podem ser tomadas para aperfeiçoar as atividades da Coaudin, tais como demonstrar para o maior número de servidores da unidade auditada os resultados dos trabalhos realizados, aumentar prazo de entrega dos resultados e, principalmente, encontrar formas de aproximar as atividades da auditoria dos cargos subordinados. Tal aproximação contribuirá no conhecimento das atribuições da auditoria interna, pleito este apontado também no estudo de Lima, Silva e Arantes, (2013) também realizado na UFRR.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 62.

ATTIE, W. Auditoria: **conceitos e aplicações**. 6. ed São Paulo : Atlas, 2011.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Auditoria interna**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 53 p. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

432BRASIL, Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 03.12.2016

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/legisla/>. Acesso em: 18 ju

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3591.htm). Acesso em 10 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. TCU - Tribunal de Contas da União. **Crítérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública. 2009.** Um estudo dos modelos e das normas disciplinadoras em diversos países. Tribunal de Contas da União Diretoria de Métodos de Procedimentos de Controle 17/07/2009

BOURGON, Jocelyne. Finalidade pública, autoridade governamental e poder coletivo. **Revista do Serviço Público**, Brasília, n.61, v.1, p.5-33, jan./mar. 2010. Disponível em:

<[http://www.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=900&Itemid=129](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=900&Itemid=129)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CASTRO, Domingos Poubel. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público:** integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos como suporte à governança corporativa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.374 p.

\_\_\_\_\_, Domingos Poubel de. **Auditoria e controle interno na administração pública** – evolução do controle interno no Brasil do código de contabilidade de 1922 até a criação da CGU em 2003. São Paulo: Atlas, 2008.

**IIA. Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna.** Disponível em: <<http://www.iiabrasil.org.br/new/IPPF.html>. Acesso em 15 dez 2016>.

LIMA; Marcos; SILVA, Georgia; ARANTES, Emerson. **Corrigindo falhas e esquecendo-se da prevenção: a realidade da auditoria interna numa universidade da amazônia legal,** 2013. Disponível em: <[http://www.xxivenangrad.enangrad.org.br/anais2013/\\_resources/artigos/adp/15.pdf](http://www.xxivenangrad.enangrad.org.br/anais2013/_resources/artigos/adp/15.pdf)> Acesso em 17 fev 2017.

MARÇOLA, Célia. Auditoria interna como instrumento de controle social na administração pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.62, n.1, p.75-87, jan./mar.2011, Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jul 2016.

MENDES, R. C.; OLEIRO, W. N.; QUINTANA, A. C. A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência da gestão pública em busca do combate contra a corrupção. Sinergia, Rio Grande, v.12, n. 2, p. 37-48, 2008.

MENDONÇA, Marina dos Santos. **Auditoria interna: um estudo de caso sobre a percepção dos auditados.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em contabilidade) – Faculdade Sudamerica, Cataguases, 2010.

MORAIS, Maria Georgina da Costa Tamborino – **A Importância da Auditoria Interna para a Gestão:** Caso das Empresas Portuguesas. In:, CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18, 2008, Gramado. Anais Gramado: 2008.

MORAES, Mariele Santos. **Percepção da auditoria interna por parte dos auditados:** A Opinião dos Funcionários de uma Entidade Paraestatal. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Contabilidade) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2014.

OLIVEIRA, Luís Martins de; et al. **Curso Básico de Auditoria.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Aprova o novo Regimento Interno da Coordenadoria de Auditoria Interna da UFRR.** Resolução nº 017/2015-CUni de 28 de setembro de 2015, Boa Vista-RR.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão exercício 2014.** Disponível em: <file:///C:/Users/ufrr/Downloads/RELATRIO%20DE%20GESTO%202014.pdf>. Acesso em 20 set 2016.